

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)
NAS AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**
*THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN
PHYSICAL EDUCATION CLASSES*

Wallsson Vinicius Paulino de Brito¹

Cosmo Matheus Cassiano Dantas Herculano²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física no contexto escolar. A partir de uma abordagem qualitativa e de revisão bibliográfica, discute-se o papel do professor e da gestão escolar na construção de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem as particularidades dos estudantes com autismo. Também são abordadas as políticas públicas que amparam a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA (Lei nº 12.764/2012). Os resultados da análise indicam que, embora o marco legal seja avançado, ainda há barreiras significativas relacionadas à formação docente, adaptação curricular e falta de recursos pedagógicos. Conclui-se que a efetivação da inclusão depende de uma atuação conjunta entre professores, gestores, famílias e equipe de apoio, para garantir que a Educação Física seja um espaço de desenvolvimento integral, socialização e respeito à diversidade.

Palavras-chaves: Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Educação Física; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article aims to analyze the challenges and possibilities of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Physical Education classes within the school context. Based on a qualitative approach and bibliographic review, the role of the teacher and school management is discussed in constructing inclusive pedagogical practices that respect the particularities of students with autism. Public policies that support inclusion are also addressed, such as the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13.146/2015) and the National Policy for the Protection of the Rights of Persons with ASD (Law No. 12.764/2012). The results of the analysis indicate that, although there has been significant legal progress, there are still considerable barriers related to teacher training, curricular adaptation, and lack of adequate resources. It is emphasized that the effectiveness of inclusion depends on joint action among teachers, managers, families, and support teams to ensure that Physical Education becomes a space for integral development, socialization, and respect for diversity.

Keywords: School inclusion; Autism Spectrum Disorder; Physical Education; Public Policies.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar constitui um dos maiores desafios da educação contemporânea, especialmente quando se trata do acolhimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Apesar dos avanços das legislações e das políticas públicas voltadas à inclusão, a prática pedagógica ainda enfrenta dificuldades para assegurar o direito à aprendizagem e à participação plena desses estudantes (Brasil, 2015).

¹Graduando em Licenciatura em Educação Física pela Faculdade Gilgal (FGG);

²Graduando em Licenciatura em Educação Física pela Faculdade Gilgal (FGG).

No contexto da Educação Física escolar, as barreiras se tornam ainda mais evidentes. Tradicionalmente, as aulas dessa disciplina são centradas no desempenho motor, na competitividade e na socialização intensa, o que pode gerar situações de exclusão para alunos com TEA. Esses estudantes, em geral, apresentam dificuldades de comunicação, interação social e sensibilidade a estímulos externos, o que pode transformar um espaço de integração e desenvolvimento corporal em um ambiente de isolamento e frustração (Schwartzman; Araújo, 2020).

O desafio de promover uma Educação Física verdadeiramente inclusiva demanda um olhar atento do professor e da gestão escolar. É necessário compreender as especificidades do aluno com autismo e planejar práticas pedagógicas adaptadas que promovam sua participação efetiva, respeitando suas potencialidades e limitações (L, 2021). A criação de ambientes acolhedores, previsíveis e acessíveis é fundamental para o desenvolvimento cognitivo, motor e social desses alunos, garantindo o direito à educação de qualidade para todos.

A base legal que ampara esse processo é robusta. A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, assegurando-lhe o acesso à educação e à inclusão social. No que se refere a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), determina a obrigatoriedade de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino (Brasil, 2012; Brasil, 2015). Tais dispositivos legais reforçam a importância de práticas pedagógicas que garantam a efetiva participação dos alunos com TEA nas aulas de Educação Física.

Dessa forma, é imprescindível que o professor de Educação Física adote metodologias diferenciadas, adaptando atividades, espaços e regras de modo a favorecer o engajamento e a interação dos alunos com o TEA. Estratégias como o uso de recursos visuais, rotinas estruturadas, atividades cooperativas e avaliação contínua podem contribuir significativamente para uma aprendizagem significativa e inclusiva (Oliveira; Pereira, 2022).

Diante desse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física, considerando aspectos pedagógicos, formativos e legais que envolvem o processo inclusivo.

REFERENCIAL TEÓRICO

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO SOBRE INCLUSÃO

A educação inclusiva é um direito fundamental assegurado por diversos dispositivos legais nacionais e internacionais, que reconhecem a importância de garantir o acesso, a permanência e a participação plena de todos os estudantes no sistema educacional. A Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelece, em seu artigo 27, que a educação é direito da pessoa com deficiência, devendo o Estado assegurar “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida” (Brasil, 2015). Por sua vez a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e reconhece essa população como pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, garantindo-lhes o acesso à educação e à inclusão social (Brasil, 2012).

No âmbito internacional, a Declaração de Salamanca, publicada em 1994 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), constitui um marco conceitual da educação inclusiva ao afirmar que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras (UNESCO, 1994). Assim, o documento reforça que cabe à escola adaptar-se às necessidades de cada aluno e não exigir que o aluno se adeque a um modelo educacional padronizado.

Entretanto, embora os dispositivos legais e as políticas públicas representem um avanço significativo, sua implementação ainda se mostra insuficiente em diversos contextos escolares. De acordo com Mendes (2021), a mera presença de alunos com deficiência nas escolas regulares não garante a inclusão, sendo necessário repensar práticas pedagógicas, currículos, espaços e recursos didáticos para promover a real participação desses estudantes. Nesse sentido, a formação continuada de professores é um dos principais desafios enfrentados pelas redes de ensino, uma vez que muitos profissionais ainda não se sentem preparados para atuar com estudantes com TEA em sala de aula, sobretudo em disciplinas com forte componente social e motor, como a Educação Física (Silva; Silva, 2020).

A Educação Física, por sua natureza, pode ser um espaço privilegiado de inclusão, pois trabalha com o corpo, o movimento, a cooperação e o respeito às diferenças. No entanto, conforme destacam Oliveira e Pereira (2022), a ausência de preparo docente e de recursos

pedagógicos específicos pode transformar esse espaço em um ambiente de exclusão e frustração. É fundamental que o professor de Educação Física compreenda as particularidades do aluno com TEA, desenvolvendo estratégias que contemplem suas necessidades sensoriais, comunicativas e sociais. Adaptações no tempo das atividades, uso de suportes visuais, rotinas previsíveis, valorização do trabalho em equipe e foco no processo, e não apenas no desempenho, são medidas que podem favorecer uma experiência escolar mais inclusiva (Schwartzman; Araújo, 2020).

Dessa forma, a efetivação da educação inclusiva vai além do cumprimento da legislação: requer compromisso ético, formação docente sólida e uma mudança cultural nas instituições escolares. Somente com a articulação entre políticas públicas, formação de professores e práticas pedagógicas intencionais será possível transformar o espaço da Educação Física em um ambiente de aprendizagem e convivência realmente acessível a todos.

O ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista é um distúrbio do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, bem como pela presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (APA, 2014). De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-5, tais manifestações variam em grau e intensidade, o que explica a diversidade de perfis observada entre indivíduos diagnosticados com o transtorno. Essa heterogeneidade faz com que o autismo seja considerado um espectro, abarcando desde quadros leves até aqueles que exigem suporte substancial (APA, 2014; Schwartzman; Araújo, 2020).

Essas características repercutem diretamente no contexto escolar, influenciando a forma como o aluno com TEA interage com colegas, professores e com o ambiente de aprendizagem. Segundo Silva e Amaral (2021), as dificuldades de comunicação e a sensibilidade a estímulos externos, como sons, luzes e movimentos — podem gerar sobrecarga sensorial, ansiedade e, conseqüentemente, comportamentos de evasão ou isolamento. Além disso, a previsibilidade e a estrutura das rotinas escolares são fatores determinantes para o bem-estar e o engajamento desses estudantes.

A literatura educacional aponta que a prática docente voltada à inclusão de alunos com TEA deve basear-se em estratégias pedagógicas individualizadas, centradas na valorização das potencialidades e na minimização das barreiras à aprendizagem (Mendes, 2021). Para isso, é

fundamental que o professor compreenda o funcionamento cognitivo e comportamental do estudante com autismo, adaptando o ritmo e a forma de ensino conforme suas necessidades. Entre as estratégias mais eficazes estão o uso de instruções visuais, a segmentação das tarefas, o reforço positivo, a manutenção de uma rotina previsível e a utilização de interesses específicos do aluno como recurso motivacional (Oliveira; Pereira, 2022).

No contexto da Educação Física, tais adaptações assumem um papel ainda mais relevante. Como destacam Rodrigues e Santos (2020), as aulas dessa disciplina envolvem interação constante, contato físico e estímulos sensoriais múltiplos, o que pode representar desafios adicionais para o aluno com TEA. Assim, o professor deve adotar práticas que favoreçam a participação gradativa, o respeito ao tempo de cada estudante e o uso de atividades que priorizem a cooperação em vez da competição. A mediação pedagógica deve, portanto, promover um ambiente acolhedor, estruturado e previsível, que possibilite a vivência corporal e social de forma segura e significativa.

Além disso, a formação docente é elemento central para o sucesso do processo inclusivo. De acordo com Mendes (2021), a ausência de capacitação específica sobre o TEA ainda constitui uma das principais barreiras à inclusão efetiva. A compreensão das dimensões cognitivas, afetivas e sensoriais do autismo permite que o professor de Educação Física adote intervenções pedagógicas mais adequadas, contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno.

Em síntese, compreender o aluno com Transtorno do Espectro Autista implica reconhecer suas particularidades, respeitar seus limites e potencializar suas habilidades. A inclusão efetiva depende da articulação entre conhecimento teórico, sensibilidade pedagógica e compromisso ético, garantindo que a escola se configure como um espaço de aprendizagem, socialização e respeito à diversidade humana.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO

A Educação Física, enquanto componente curricular, desempenha papel fundamental na formação integral do estudante, favorecendo o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social. Por envolver movimento, interação e expressão corporal, a disciplina possui grande potencial para promover a inclusão e o desenvolvimento global do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA). No entanto, quando conduzida de forma tradicional, com ênfase no

desempenho motor, na competição e na socialização espontânea, pode transformar-se em um espaço de exclusão e frustração para esses estudantes (Rodrigues, 2012; Mendes, 2021).

De acordo com Sasaki (2010), a inclusão pressupõe a adaptação do ambiente, das práticas e das atitudes para acolher a diversidade humana. Assim, no contexto da Educação Física, é essencial que o professor assuma uma postura mediadora e reflexiva, planejando atividades que respeitem as diferenças individuais e promovam a participação de todos. As estratégias inclusivas devem considerar o nível de desenvolvimento motor, as particularidades sensoriais e as necessidades comunicativas do aluno com TEA, proporcionando experiências corporais significativas e prazerosas.

Entre as estratégias apontadas pela literatura, destacam-se o uso de jogos cooperativos em vez de competitivos, que reduzem a pressão por resultados e estimulam o trabalho em equipe; atividades adaptadas ao nível motor do aluno, garantindo sua participação em igualdade de condições; instruções visuais e apoio individualizado, que facilitam a compreensão das tarefas; e o envolvimento dos colegas para o desenvolvimento da empatia, do respeito e da cooperação (Sasaki, 2010; Oliveira; Pereira, 2022).

Para Rodrigues (2012), o papel do professor de Educação Física na inclusão escolar vai além da adaptação de exercícios: ele é mediador das relações sociais, responsável por criar um ambiente que valorize as diferenças e favoreça a convivência. Isso exige planejamento intencional, observação constante e flexibilidade pedagógica. O docente deve conhecer as características do TEA e propor metodologias que priorizem o processo de aprendizagem e o bem-estar do aluno, em vez de resultados de desempenho físico.

A formação docente aparece, nesse contexto, como um dos principais fatores para o sucesso das práticas inclusivas. Segundo Mendes (2021) e Silva e Amaral (2021), muitos professores ainda não se sentem preparados para lidar com a diversidade na escola, especialmente em relação a alunos com TEA. A ausência de formação continuada e de apoio institucional compromete o processo inclusivo e limita as possibilidades pedagógicas. Portanto, é fundamental que os cursos de licenciatura e as políticas educacionais invistam em capacitação voltada à Educação Física inclusiva, articulando teoria, prática e vivências com alunos com deficiência.

Por fim, o apoio da gestão escolar e o trabalho colaborativo entre professores, familiares e profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) são essenciais para a efetivação de uma Educação Física inclusiva. A articulação entre esses agentes permite o compartilhamento de estratégias, o acompanhamento do desenvolvimento do aluno e a

construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e a participação de todos. Assim, a Educação Física torna-se um espaço de convivência, aprendizado e respeito às diferenças, contribuindo para uma escola verdadeiramente inclusiva.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de material já publicado, livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, com o objetivo de construir uma base teórica sólida sobre determinado tema. Esse tipo de abordagem permite compreender como a produção científica tem tratado a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista, nas aulas de Educação Física e quais estratégias pedagógicas têm sido propostas para promover práticas efetivamente inclusivas.

A opção por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve fenômenos sociais, educacionais e humanos. Segundo Minayo (2017), a pesquisa qualitativa busca compreender significados, motivações e percepções, valorizando o contexto e a subjetividade dos sujeitos envolvidos. Assim, mais do que quantificar dados, este estudo procura interpretar e analisar criticamente as contribuições teóricas sobre o papel da Educação Física na inclusão de alunos com TEA, bem como os desafios enfrentados pelos professores nesse processo.

Foram consultadas obras de autores que discutem a inclusão escolar, a Educação Física e o autismo, como Rodrigues (2012), Mendes (2021), Sasaki (2010) e Schwartzman e Araújo (2020), além de legislações e documentos normativos, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos orientam a prática pedagógica inclusiva no Brasil e constituem referências essenciais para compreender os princípios legais e educacionais que norteiam o direito à educação de qualidade para todos.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento e análise de publicações acadêmicas disponíveis em bases de dados como SciELO, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES, selecionando-se materiais publicados entre os anos de 2010 e 2024. Os critérios de inclusão envolveram a relevância temática, a atualidade das publicações e a pertinência teórica em relação aos eixos de análise: (a) políticas públicas e legislação da

inclusão escolar; (b) formação docente em Educação Física inclusiva; e (c) práticas pedagógicas voltadas a alunos com TEA.

A análise dos textos seguiu uma perspectiva interpretativa, fundamentada na análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que permite identificar categorias temáticas e compreender como diferentes autores abordam a inclusão de alunos com TEA nas aulas de Educação Física. Essa técnica possibilitou a sistematização de ideias, conceitos e práticas, favorecendo uma reflexão crítica sobre o potencial inclusivo da disciplina e sobre as barreiras que ainda persistem no ambiente escolar.

Dessa forma, a metodologia adotada busca articular os aspectos teóricos, legais e pedagógicos, de modo a contribuir para o debate acadêmico acerca da inclusão de alunos com TEA na Educação Física escolar, ampliando o entendimento sobre como tornar essa disciplina um espaço mais acessível, participativo e equitativo para todos os estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das fontes consultadas evidencia que, embora as legislações e políticas públicas assegurem o direito à educação inclusiva, a efetivação da inclusão nas aulas de Educação Física ainda constitui um desafio para as escolas brasileiras. Diversos estudos apontam que, apesar de os alunos com Transtorno do Espectro Autista TEA estarem matriculados em classes regulares, a sua participação plena e significativa nas atividades escolares permanece limitada (Mendes, 2021; Oliveira; Pereira, 2022). Tal realidade decorre, em grande parte, da insuficiência de formação continuada dos professores, da carência de recursos pedagógicos e da ausência de apoio institucional efetivo.

De acordo com Rodrigues (2012), o sucesso da inclusão depende de uma prática pedagógica intencional, planejada e flexível, na qual o professor atua como mediador das interações e promotor de experiências significativas. No caso específico da Educação Física, essa mediação é essencial, pois a natureza das aulas — marcadas por sons, movimentos, contato físico e socialização intensa — pode gerar situações de sobrecarga sensorial para alunos com TEA. Essa sensibilidade a estímulos é um dos aspectos centrais do transtorno, podendo provocar comportamentos de evasão ou desorganização emocional se não houver um ambiente previsível e adaptado (APA, 2014; Schwartzman; Araújo, 2020).

Sasaki (2010) reforça que a inclusão vai além da simples presença física do estudante com deficiência na escola: ela exige a remoção de barreiras atitudinais, comunicacionais e

metodológicas. No contexto da Educação Física, isso implica adotar estratégias que considerem as especificidades de cada aluno. Planejamento pedagógico individualizado, rotinas estruturadas, uso de instruções visuais e a adaptação das atividades motoras são medidas que contribuem para a participação ativa e o desenvolvimento integral do estudante com TEA (Silva; Amaral, 2021).

Por outro lado, experiências relatadas em pesquisas recentes demonstram que a inclusão é possível e produtiva quando há planejamento colaborativo entre professores, apoio da equipe gestora e acompanhamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Quando o trabalho é desenvolvido de forma articulada, observa-se que o aluno com TEA participa com mais engajamento das aulas, melhora suas habilidades motoras, cognitivas e sociais, e fortalece sua autoestima (Rodrigues; Santos, 2020; Mendes, 2021). Nesse sentido, a Educação Física pode se tornar um espaço privilegiado de interação e socialização, desde que conduzida com sensibilidade, planejamento e intencionalidade pedagógica.

Além disso, a formação docente emerge como fator determinante para o sucesso da inclusão. Conforme Gil (2019) e Minayo (2017), a prática educativa inclusiva demanda formação continuada que una teoria e prática, capacitando o professor a compreender o comportamento e as necessidades do aluno com TEA, bem como a adaptar as metodologias de ensino. O suporte da gestão escolar e a construção de uma cultura institucional inclusiva são igualmente fundamentais, pois a inclusão não depende apenas do professor, mas de toda a comunidade escolar (Mendes, 2021).

Portanto, os resultados apontam que a inclusão de alunos com TEA nas aulas de Educação Física é viável, desde que o processo seja sustentado por formação adequada, planejamento pedagógico adaptado, mediação docente qualificada e apoio institucional. A superação dos desafios requer o compromisso coletivo com a diversidade, o respeito às diferenças e a valorização do potencial de cada aluno, transformando a Educação Física em um verdadeiro espaço de convivência, aprendizado e inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física é um desafio que exige formação docente, apoio institucional e mudança de paradigma. Mais do que adaptar atividades, é necessário reconhecer o aluno com TEA como sujeito de direitos, com potencial para aprender e interagir, desde que lhe sejam dadas condições adequadas. A

escola inclusiva se constrói diariamente, por meio de ações coletivas que valorizam a diversidade e transformam a Educação Física em um espaço de respeito, cooperação e cidadania.

Nesse contexto, o professor assume papel fundamental ao planejar práticas que considerem as necessidades específicas dos estudantes, garantindo acessibilidade, previsibilidade das rotinas, comunicação clara e oportunidades reais de participação.

Além disso, a inclusão efetiva depende de um trabalho articulado entre família, gestão escolar e equipe multidisciplinar, de modo a assegurar que o aluno com TEA receba suporte contínuo e coerente.

É imprescindível compreender que a Educação Física, quando pautada em princípios inclusivos, não apenas favorece o desenvolvimento motor e social desses estudantes, mas também contribui para a construção de uma cultura escolar mais humana, empática e democrática.

Portanto, promover a inclusão de alunos com TEA nas aulas de Educação Física significa avançar para além do cumprimento de normas legais: trata-se de reafirmar o compromisso ético com equidade, reconhecendo que todos os estudantes têm direito a aprender, conviver e participar plenamente das experiências escolares. É por meio dessa postura que a escola se torna, de fato, um espaço transformador e acolhedor para todos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM-5**: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MENDES, E. G. **Educação inclusiva: construindo o caminho.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

OLIVEIRA, R. A.; PEREIRA, M. S. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas aulas de Educação Física: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 28, n. 2, p. 155-170, 2022.

RODRIGUES, L. F.; SANTOS, C. R. Práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física: o autismo em foco. **Revista Educação e Movimento**, v. 32, n. 1, p. 112-128, 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, D. R. **Transtorno do espectro autista: da compreensão teórica à prática educacional.** São Paulo: Memnon, 2020.

SILVA, F. J.; AMARAL, M. C. Autismo e aprendizagem: desafios e possibilidades na escola inclusiva. **Revista Educação em Perspectiva**, v. 12, n. 3, p. 44-59, 2021.

SILVA, F. J.; SILVA, A. M. Formação docente e inclusão: desafios na prática pedagógica de professores de Educação Física. **Revista Educação e Movimento**, v. 32, n. 1, p. 45-59, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Salamanca: UNESCO, 1994.